



JUIZ DE FORA
PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA

Protocolo nº 1418
Em 04 / 04 / 24
Augusto

Ofício nº 1207/2024/SG

Juiz de Fora, 02 de abril de 2024

Exmº. Sr.
José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal
36016-000 - Juiz de Fora - MG

Assunto: Veto Integral ao Projeto nº 195/2023, de autoria do Vereador Bejani Júnior.

Excelentíssimo Senhor,

Comunicamos a V. Ex.^a para os devidos fins, que VETAMOS INTEGRALMENTE o Projeto nº 195/2023 que "Dispõe sobre a instalação e a utilização de caçambas estacionárias, o recolhimento e o transporte de resíduos da construção civil e resíduos volumosos no Município de Juiz de Fora, e dá outras providências".

Respeitosamente,

MARIA MARGARIDA
MARTINS
SALOMAO:1352103966
8

Assinado de forma digital por
MARIA MARGARIDA MARTINS
SALOMAO:13521039668
Dados: 2024.04.03 11:30:26
-03'00'

Margarida Salomão
Prefeita



RAZÕES DE VETO

A despeito do merecimento do Projeto de Lei nº 195/2023, cujo escopo é dispor sobre a instalação e a utilização de caçambas estacionárias, o recolhimento e o transporte de resíduos da construção civil e resíduos volumosos no Município de Juiz de Fora, e dar outras providências, de autoria do Vereador Bejani Júnior, vejo-me compelida a vetar o referido Projeto de Lei, já que não goza de substrato jurídico para subsistir na ordem constitucional vigente, ainda que seu propósito seja louvável.

A Carta Política de 1988, em seu art. 2º, trata da separação de poderes, dispondo que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” É de se pontuar que a Constituição estabelece que os três Poderes são “independentes e harmônicos”. Nesta diretriz, a harmonia significa colaboração, cooperação, visando garantir que os Poderes expressem uniformemente a vontade da União e, por sua vez, a independência é a ausência de subordinação, de hierarquia entre os Poderes, de modo que cada um deles é livre para se organizar, nada obstante, um não pode intervir indevidamente na atuação do outro.

À vista disso, noto que o Projeto de Lei nº 195/2023 cria atribuições ao Poder Executivo, ensejando a criação de ônus ao Município, como mostra, a título de exemplo, o art. 9º, principalmente, os parágrafos 1º e 2º, e o art. 30, algo vedado em nosso ordenamento jurídico.

Com efeito, observo óbice jurídico quanto a iniciativa do Projeto de Lei nº 195/2023, uma vez que a previsão legislativa, em geral, impõe obrigações objetivas à administração, representando interferência nas atribuições que seriam próprias do Poder Executivo, criando despesas sem que haja previsão de fontes orçamentárias e financeiras, isto é, sem a correspondente fonte de custeio.

Não cabe ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, consagrado no art. 2º da CF e, da reserva de administração, criar atribuições ao Poder Executivo.

Nesse sentido, é cediço que a polícia administrativa realiza uma atividade predominantemente preventiva, com vistas a evitar a ocorrência de comportamentos nocivos à coletividade, postura que observo no teor dos artigos 1º ao 21 da proposição legislativa, face à definição pormenorizada de diversas obrigações e vedações às pessoas naturais ou jurídicas que necessitem depositar resíduos nos logradouros públicos e às empresas proprietárias das caçambas, isto é, atribuição de obrigações para particulares, o que, sem dúvida, reclamará dever de fiscalização, atribuição inerente do poder de polícia, o que interfere nas atribuições que seriam próprias do Poder Executivo.

Outrossim, a polícia administrativa também apura e pune, quando for o caso, os ilícitos administrativos e, neste particular, o Projeto de Lei nº 195/2023 estabelece nos artigos 22 ao 27 as consequências caso sejam descumpridas as obrigações ora previstas, atribuindo ao Município a responsabilidade pela fiscalização, como visto, e de eventual apuração e julgamento, denotando



criação de despesas e instituindo, por exemplo, obrigação ao Executivo Municipal de possivelmente criar novas atribuições a servidores ou mesmo realocá-los nos postos de trabalho e, por isso, padece de vício de inconstitucionalidade por invadir iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme o art. 66, III, “e”, da Constituição do Estado de Minas Gerais, norma aplicável aos municípios em razão do princípio da simetria, **in verbis**:

Art. 66. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

(...)

III - do Governador do Estado:

(...)

e) a criação, estruturação e extinção de Secretaria de Estado, órgão autônomo e entidade da administração indireta;

Semelhantemente, a Lei Orgânica do Município (LOM) assim dispõe:

Art. 36 São matérias de iniciativa privativa do Prefeito, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

(...)

III - criação, **estruturação, atribuição** e extinção **das secretarias ou departamento equivalente, órgão autônomo e entidade da administração pública indireta**;

Ante o exposto, entendo que o Projeto de Lei nº 195/2023 ao criar no âmbito da Secretaria de Mobilidade Urbana e outras unidades administrativas atribuições e estabelecer a adoção de medidas e ações, invade esfera de competência do Poder Executivo, sendo que a criação, estruturação, atribuição e extinção das unidades administrativas do Poder Executivo é atribuição privativa da Prefeita. Ao Poder Legislativo não se permite dispor sobre matéria de natureza eminentemente administrativa, destarte, o PL é formalmente inconstitucional, pois dispõe sobre atribuições de órgãos da Administração Pública.

Logo, o Projeto de Lei nº 195/2023 padece de inconstitucionalidade formal e material por ferir a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional, essencialmente no art. 66, III, “e”, da Constituição do Estado de Minas Gerais, por simetria, e art. 36, III, da Lei Orgânica do Município e, em última análise, os princípios constitucionais da reserva de administração e da separação de poderes, não se compatibilizando com o ordenamento jurídico pátrio, motivo pelo qual o **veto integral** a esta proposição legislativa é medida que se impõe.

Prefeitura de Juiz de Fora, 27 de março de 2024.

MARGARIDA SALOMÃO
Prefeita de Juiz de Fora



PROPOSIÇÃO VETADA

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a instalação e a utilização de caçambas estacionárias, o recolhimento e o transporte de resíduos da construção civil e resíduos volumosos no Município de Juiz de Fora, e dá outras providências.

Projeto nº 195/2023, de autoria do Vereador Bejani Júnior.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

Art. 1º A instalação e utilização de caçambas estacionárias e o recolhimento e transporte de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, no Município de Juiz de Fora, regular-se-ão pelo disposto nesta Lei.

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins de aplicação desta Lei, entende-se por:

I - caçamba estacionária: equipamento constituído de um recipiente metálico, destinado aos serviços de coleta, remoção, entrega ou descarregamento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos;

II - vias e logradouros públicos: áreas de terrenos destinadas ao uso e trânsito públicos, compreendendo a pista de rolamento e o estacionamento público de veículos, o passeio público (calçada) e o acostamento, excetuando-se, para fins desta Lei, as praças e os canteiros centrais;

III - geradores de resíduos da construção civil: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias de ou responsáveis por obra de construção civil, reformas, reparos e demolições, bem como por serviços preliminares de remoção de vegetação e escavação de solo;

IV - geradores de resíduos volumosos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que sejam proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel gerador de resíduos volumosos;

V - resíduos da construção civil: resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, bem como resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico,



vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica e outros comumente chamados de entulhos de obras, calça ou metralha, conforme disposto na Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama);

VI - resíduos volumosos: resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública regular, tais como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas, e outros não caracterizados como resíduos industriais;

VII - caminhão tipo **brooks**: caminhões especiais com dispositivos escamoteáveis para depositar e recolher as caçambas.

CAPÍTULO II DA UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE CAÇAMBAS

Art. 3º As pessoas naturais ou jurídicas que necessitarem depositar resíduos da construção civil ou resíduos volumosos nas vias e nos logradouros públicos deverão fazê-lo por meio de caçambas estacionárias e atender às demais exigências estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. A necessidade de depositar resíduos na via pública caracteriza-se pela impossibilidade de depositá-lo no interior do imóvel.

Art. 4º A colocação da caçamba estacionária nas vias ou nos logradouros públicos deverá ser realizada somente por empresas regularmente cadastradas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Entende-se por empresa devidamente cadastrada aquela que não possuir débitos referentes aos tributos municipais incidentes sobre sua atividade e que prestar as informações solicitadas.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º Os geradores, os transportadores e os receptores de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos são responsáveis pela gestão destes no exercício de suas respectivas atividades.

CAPÍTULO IV DA IDENTIFICAÇÃO DAS CAÇAMBAS

Art. 6º As caçambas estacionárias deverão ter as seguintes identificações:

I - elementos que permitam identificar, com precisão e clareza, nome e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa, bem como telefone de contato;

II - a inscrição: "PROIBIDO DEPOSITAR LIXO DOMÉSTICO";



III - pintura uniforme em toda sua superfície, contendo duas faixas retrorrefletivas para sinalização noturna, de 5cm (cinco centímetros) de altura por 30,5cm (trinta centímetros e meio) de largura, instaladas na parte superior da caçamba e em todas as suas laterais;

IV - numeração sequencial de no mínimo 2 (dois) dígitos em algarismos arábicos, de acordo com o número de caçambas que a empresa possua;

V - dimensões externas máximas de até 3m (três metros) de comprimento, por 1,76m (um metro e setenta e seis centímetros) de largura, por 1,39m (um metro e trinta e nove centímetros) de altura.

CAPÍTULO V

DA COLOCAÇÃO DAS CAÇAMBAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 7º É de inteira responsabilidade da empresa contratada a colocação e a retirada da caçamba na via pública.

Art. 8º As caçambas deverão ser dispostas no interior dos imóveis ou a partir dos tapumes da construção, exceto nos seguintes casos:

I - na impossibilidade de colocação da caçamba no interior dos imóveis por falta de espaço físico ou devido às condições específicas de topografia, estas poderão ser dispostas na calçada, deixando espaço livre para a circulação de pedestres, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

II - na impossibilidade de colocação da caçamba sobre a calçada, estas poderão ser dispostas no leito da pista de rolamento das vias, dentro da faixa de estacionamento ou acostamento, conforme posição estabelecida pela sinalização e pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), sem prejuízo à segurança do trânsito de veículos e pedestres;

III - as caçambas deverão estar dispostas em frente ao imóvel onde estiverem sendo prestados os serviços, colocadas paralelamente às guias ou ao meio-fio, no sentido de seu comprimento, na calçada ou na pista de rolamento, devendo ser observado ainda o seguinte:

a) distância de no mínimo 10m (dez metros) de pontos de ônibus sinalizados com apenas uma placa;

b) distância de no mínimo 6m (seis metros) de pontos de ônibus sinalizados com placa de início e término, medidos a partir do ponto de implantação das placas;

c) distância de no mínimo 6m (seis metros) do alinhamento do bordo de qualquer via transversal;

d) distância de no mínimo 5cm (cinco centímetros) de guias ou meios-fios;



e) distância de no mínimo 2m (dois metros) de hidrantes, bueiros ou bocas de lobo, sendo vedada sua colocação sobre poços de visita.

§ 1º O Município poderá, excepcionalmente, determinar a retirada de caçambas, mesmo estando instaladas nos locais permitidos por esta Lei, quando prejudicarem o fluxo de veículos e pedestres.

§ 2º Na impossibilidade comprovada de se dispor a caçamba conforme o inciso III, excepcionalmente, poderá a mesma ser colocada junto antes ou junto depois do imóvel em que estiverem sendo prestados os serviços, seguindo as mesmas orientações expressas no inciso III.

Art. 9º Somente será admitida a instalação de caçambas em área de estacionamento rotativo mediante o cumprimento das normas que regulamentam o uso de tais locais, incluindo a aquisição de créditos, calculados por vaga ocupada, ainda que além do limite imposto aos veículos em geral e somente no horário em que vigorar o estacionamento rotativo pago.

§ 1º Compete à Secretaria de Mobilidade Urbana (SMU) providenciar os meios para implementar o disposto no **caput** deste artigo.

§ 2º Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, a SMU comunicará o fato à Secretaria de Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividades Urbanas (Sesmaur), que emitirá o consequente Auto de Infração, não cabendo, em tais casos, a emissão de notificação por parte da fiscalização de Posturas.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo implicará no cometimento da infração "colocação de caçamba em local indevido".

Art. 10. A instalação de caçamba estacionária sobre a área destinada a pedestre deverá obedecer aos critérios estabelecidos pela Lei nº 7.062, de 27 de março de 1987.

Art. 11. É vedada a colocação de caçambas:

- I - em locais que impedir ou dificultar o acesso da população aos equipamentos urbanos;
- II - em vias de Tratamento Especial definidas no Decreto nº 15.748, de 16 de fevereiro de 2023, ou outro instrumento normativo que venha dispor sobre a matéria;
- III - sobre as faixas de pedestres e passeios que constituam prolongamentos dessas faixas;
- IV - em frente a galerias e na entrada e saída de locais onde exista grande concentração de pessoas, sendo permitido nesses locais de 20h às 5h;
- V - em frente à saída de emergência de qualquer estabelecimento;



VI - em locais que possam obstruir ou dificultar as sinalizações de trânsito existentes;

VII - em locais destinados à parada de ônibus, a pontos de táxis, de aluguel de caminhão, de emergências e viradouro utilizado pelo transporte coletivo urbano;

VIII - nos locais sinalizados com placa de regulamentação "Proibido parar e estacionar";

IX - em frente a rampas para portadores de necessidades especiais.

§ 1º O prazo máximo de permanência de caçambas nos locais permitidos é de 5 (cinco) dias úteis, incluindo o dia da colocação e o dia da retirada.

§ 2º É vedada a reserva de vaga para caçamba durante o horário comercial.

CAPÍTULO VI DO USO, DA CONSERVAÇÃO E DA GUARDA DAS CAÇAMBAS

Art. 12. É proibida a utilização de caçambas para coleta e/ou guarda e/ou transporte de lixo orgânico em qualquer quantidade.

Parágrafo único. As caçambas somente poderão armazenar resíduos até o limite de sua borda, sendo vedado, em qualquer hipótese, ultrapassar esse limite.

Art. 13. As caçambas estacionárias deverão apresentar bom estado de conservação e estar devidamente sinalizadas, de modo a permitir sua rápida visualização e identificação, contendo todas as informações determinadas por esta Lei.

Art. 14. É vedada às empresas proprietárias de caçambas estacionárias utilizarem as vias e os espaços públicos para a guarda daquelas, devendo possuir local fechado e adequado para tal finalidade.

Parágrafo único. O Poder Público poderá exigir a apresentação de comprovação do local de guarda mencionado no **caput** deste artigo a critério da autoridade fiscal.

Art. 15. As empresas proprietárias de caçambas estacionárias deverão adotar medidas efetivas que impeçam o acúmulo de água ou lixo nas caçambas e a procriação de vetores nocivos à Saúde Pública.

Art. 16. No momento da retirada da caçamba, deverá ser efetuada a limpeza do local, se necessário.

CAPÍTULO VII DO TRANSPORTE DAS CAÇAMBAS E DA DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS



Art. 17. O transporte das caçambas deverá ser efetuado por caminhões tipo **brooks**, com sistema escamoteável apropriado.

Art. 18. Quando em manobra de deposição ou retirada de caçambas, os caminhões deverão estar visivelmente sinalizados com uso de lanterna tipo pisca-alerta ligado nas partes frontal, traseira e lateral, bem como cones refletivos dispostos sobre a pista de rolamento.

Parágrafo único. Nas situações consideradas como manobra difícil, tanto pelo movimento considerável de veículos e pessoas quanto pela geometria da via, poderá a empresa transportadora requerer apoio de Agentes de Transporte e Trânsito da SMU, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante requerimento junto à SMU.

Art. 19. Para evitar danos no pavimento e nos dutos subterrâneos, é obrigatória a colocação de calço com dimensões e espessura adequadas antes de descer as sapatas de apoio do caminhão.

Parágrafo único. Os danos causados deverão ser reparados em até 48 (quarenta e oito) horas pela empresa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Art. 20. Quando do transporte de material, a caçamba deverá permanecer totalmente fechada com lona em bom estado de conservação, sem furos ou rasgos de qualquer dimensão, de modo a evitar queda de detritos na via pública ou dispersão de material particulado na atmosfera.

Art. 21. Os transportadores das caçambas somente poderão depositar os conteúdos coletados em locais previamente autorizados pela Secretaria de Meio Ambiente.

CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 22. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta Lei.

§ 1º Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar na prática da infração.

§ 2º Constatada a irregularidade, o agente fiscalizador poderá emitir notificação arbitrando prazo para regularizar a situação, podendo ser lavrados, concomitantemente, os autos de infração e apreensão.

§ 3º Sem prejuízo das sanções penais, civis e ambientais, as infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes penalidades:

I - multa;

II - apreensão.



Art. 23. As infrações aos arts. 6º, 11 e 12 serão puníveis com a pena de multa classificada como leve.

Art. 24. As infrações aos arts. 8º, 9º, 10º, 11, 15, 19, 20 e 21 serão puníveis com a pena de multa classificada como média.

Art. 25. As infrações aos arts. 4º e 14 serão puníveis com a pena de multa classificada como gravíssima.

Art. 26. O valor e gradação das multas seguirá o disposto na Lei nº 11.197, de 3 de agosto de 2006.

Art. 27. A aplicação e a cobrança das multas, através de Auto de Infração, a apreensão de qualquer bem e a interdição do estabelecimento seguirão o disposto no Código de Posturas Municipal, no Código Tributário Municipal e em outras leis complementares e/ou correlatas.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. As empresas terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, para adequação no que concerne à identificação das caçambas, podendo ser renovado por igual período.

Art. 29. As multas serão atualizadas anualmente segundo os índices de atualização monetária dos tributos municipais.

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, disciplinando a sua aplicação, definindo os procedimentos a ela pertinentes e dirimindo os casos omissos.

Art. 31. Revoga-se a Lei nº 14.670, de 28 de julho de 2023.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CB24-ECB2-3DCA-C673

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARGARIDA SALOMÃO (CPF 135.XXX.XXX-68) em 27/03/2024 17:50:01 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/CB24-ECB2-3DCA-C673>